UNIVERSITÄT AUGSBURG
Universitätsbibliothek

OPEN ACCESS
OPUS AUGSBURG

A tópica - Uma arte antiga para produzir argumentos

Jens Soentgen

Angaben zur Veröffentlichung / Publication details:

Soentgen, Jens. 1999. "A tópica - Uma arte antiga para produzir argumentos." *Philósophos - Revista de Filosofia* 4 (2): 95–114. https://doi.org/10.5216/phi.v4i2.11314.

Nutzungsbedingungen / Terms of use:

CC BY 4.0

Dieses Dokument wird unter folgenden Bedingungen zur Verfügung gestellt: / This document is made available under these conditions:
CC-BY 4.0: Creative Commons: Namensnennung
Weitere Informationen finden Sie unter: / For more information see:
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.de

A tópica - uma arte antiga para produzir argumentos

Jens Soentgen/UFG

soentgen@aol.com

Resumo

Nossa imagem da retórica é frequentemente marcada pelas figuras retóricas. O artigo mostra que elas não são uma parte pouco importante na estrutura complexa da retórica antiga. A parte mais interessante dela era a *inventio*, arte de descobrir os argumentos. Os tópicos, esquemas para produzi-los, ajudaram os antigos a falar sobre qualquer assunto, seja político, jurídico ou metafísico.

Palavras-chave: retórica, argumentos, tópicos, *inventio*, falácias.

Abstract

Our image of Rhetoric is frequently determined by the rhetoric figures. The article shows that they are of little importance in the structure of classical Rhetoric. The most important part of it is *inventio*, the part o discovering arguments. The topics, schemes for producing arguments, helped the ancients to talk about any subject — be it political, juridical or metaphysical.

Key-words: Rhetoric, arguments, topics, *inventio*, f cies.

Com o advento da Idade Moderna, transformou-se não somente a estrutura das proposições da filosofia clássica: os métodos de pesquisa também se modificaram. Os procedimentos de pesquisa matemática que já se haviam imposto na filosofia natural, tornaram-se medida para a metafísica na sua totalidade.

Descartes assumiu uma figura central nesse processo; forneceu em suas *Meditationes de Prima Philosophia* o modelo de uma ciência que se procede matematicamente. Parte-se de um *primum verum* que subsiste a todas as dúvidas. O próximo desdobramento ocorre segundo os moldes da geometria, isto é, em uma cadeia de conclusões (*sorites*). Esse ideal de conhecimento apodíctico acabou se impondo, imprimiu a face do idealismo alemão e ainda está presente na fenomenologia

transcedental de Husserl. As vantagens do novo método são evidentes: ele garante visão geral, exatidão e agudeza.

Não obstante, já surgia em Nápoles, 58 anós após a morte de Descartes, uma pequena publicação com o título *De Nostri Temporis Studiorum Ratione*, no qual o método cartesiano é criticado. O autor do texto, Gian Battista Vico, nomeia entre outras desvantagens a perda de critério arguto, o atrofiamento da fantasia e da memória, pobreza da língua, imaturidade de julgamento em suma a redução do humano (Viehweg 1965, §1).

Em oposição ao novo método crítico, Vico proclama a topica (τοπικα) dos antigos, aquele procedimento de produção de argumentos e teses referentes a qualquer objeto, inventado pelos antigos retóricos e sistematizado por Aristóteles e Cícero. Esse método tomava como ponto de partida o *sensus communis*, o senso comum; suas premissas não são incontestáveis, mas prováveis. A tópica é uma técnica universal. É também de grande importância em disputas políticas ou jurídicas e útil mesmo na briga com o verdureiro. E, porque a tópica é tão imprescindível na vida urbana e torna qualquer conversa flexível, foi cultivada e transmitida no contexto da retórica durante toda a Idade Média. Descartes foi o primeiro a acreditar poder abdicar dela - embora seja demonstrável que, na verdade, seu método não funcionaria sem empréstimos da tópica.

Somente nós últimos vinte anos manifestou-se, em virtude do renascido interesse pela retórica, um redescobrimento da tópica (Perelman/Olbrechts-Tyteca 1999, Vieweg 1965 u.a.). As técnicas têm sido desempoeiradas e aplicadas a questões atuais.

O redescobrimento da tópica não é, de forma alguma, somente de interesse filosófico. Qualquer um que discuta, utiliza modelos para seus argumentos. Em regra, não são muitos. Exatamente por isso as nossas discussões são tão monótonas e sem imaginação. A tópica, no entanto, compreende um sortimento de modelos argumentativos que chega a centenas deles. Ocupar-se da tópica, possibilita-nos uma

enorme intensificação e ampliação da competência comunicativa. Ela fortalece nossa capacidade de participar em debates filosóficos e faz nossa aparição em disputas culturais, políticas ou jurídicas diferenciada e persuasiva.

Contudo, entre os filósofos, mesmo entre aqueles que são interessados na comunicação e no discurso, a tópica é mais ou menos desconhecida. Eu estimo que entre os filósofos profissionais não há muitos que possam explicar o que é a tópica. A maioria deles nem sequer conhece a designação.

Como se explica isso? Além da fascinação demasiada pela lógica moderna e pela lingüística, um preconceito velho contra a retórica também contribuiu para o seu ostracismo. Esse preconceito foi estampado por Platão e transmitido como uma evidência indiscutível.

O que é a tópica?

Que é a retórica? Para a maioria ela não é mais que uma arte das boas palavras, das palavras emocionalizadas. Uma técnica suspeita que permite à causa ruim ser triunfal. Alguma coisa utilizada pelos agitadores, pelos políticos, ou também pelos publicitários e jornalistas. Na consciência geral ela não é muito mais que uma lembrança confusa da pergunta retórica. E essa pergunta retórica evidentemente não é uma pergunta real. Na sua falsidade, ela parece marcar o próprio caráter da retórica.

O que a retórica tem a ver com a filosofia? A filosofia aspira à verdade, ela tem que manter-se afastada da retórica. No máximo a retórica poderia dar uma forma melhor a uma coisa já conhecida.

É assim que a maioridade da *scientific community* pensa hoje. Vamos ver isso mais de perto. A retórica clássica foi canonizada por Marcus Fabius Quintilianus, um advogado romano, primeiro professor

estadual que conhecemos. Ele distinguia cinco tarefas do orador (*officia oratoris*), as quais correspondem às cinco fases do discurso (Barthes 1975).

Em primeiro lugar vem a *inventio*, que se preocupa com a descoberta dos argumentos. No segundo lugar está a *dispositio*, que coloca os argumentos já descobertos numa ordem razoável. Em terceiro, a *elocutio*. Ela procura dar brilho e gume ao discurso, sempre considerando as quatro qualidades clássicas do estilo (correção, claridade, beleza e adequação: *latine, clare, apte, ornate dicere*). A doutrina das figuras retóricas fornece as estimulações com respeito a essa tarefa. A quarta fase é a *memoria*, o orador tem que decorar suas anotações. O ultimo passo é a *actio*, a palestra.

Na memória coletiva, só duas partes dessa rede complicada se conservaram, a *elocutio* e a *actio*, ou seja, a eloqüência e a palestra. Em conseqüência, muitos imaginam o orador como uma pessoa que sabe achar palavras boas e que tem uma voz impressionante. Se fosse assim, seria de fato sem sentido se os filósofos se ocupassem da retórica.

Mais voltemos à tópica. Ela está ligada ao primeiro estado do discurso, a *inventio*, ou descoberta dos argumentos. Duas obras importantes nos transmitiram seus fundamentos. A primeira é a Tópica de Aristóteles. Ele reclama, aliás, no mesmo livro, que seria o descobridor dessa técnica. A segunda obra clássica é a *Tópica* de Cícero. Em geral, a *Tópica* de Aristóteles é considerada uma obra muito melhor, mais original e melhor trabalhada.

Qual é o assunto desses livros? O que é um *topos*? Cícero diz que um *topos* seria um *sedes argumentorum*, um lugar onde se acham os argumentos. Ele usa essa analogia sem escrúpulos e declara numa outra obra, intitulada *O Orador*, que gostaria de mostrar ao aluno os 'alojamentos' de todos os argumentos. Aristóteles é mais sóbrio, dizendo no início dos tópicos:

> Nosso tratado se propõe encontrar um método de investigação graças ao qual possamos raciocinar, partindo de opiniões geralmente aceitas, sobre qualquer

> problema que nos seja proposto e sejamos também capazes, quando replicamos a um argumento, de evitar dizer alguma coisa que nos cause embaraços. (Aristóteles, Tópicos, livro I, cap. 1)

A tarefa dum *topos* é fornecer um modelo para criar os argumentos. Os tópicos de Aristóteles diferenciam mais de trezentos desses modelos. Embora Aristóteles anunciasse uma disposição, ele parece se esquecer dela imediatemente. Os *topoi* seguem um após o outro, a obra foi comparada com uma lista telefônica.

Na pesquisa, é discutido o que seja um *topos*. Alguns pesquisadores definem o *topos* como lei lógica. Outros vêem neles só meras regras estratégicas, que têm como objetivo impor dificultades ao antagonista sem ter um conteúdo objetivo.

Ambas posições podem ser justificadas. Mas a maioria dos *topoi* transmitidos pela tradição consiste de unidades que contêm tanto um núcleo lógico como um elemento estratégico.

O núcleo lógico parece às vezes um pouco primário. Todavia, ele tem uma importância central. Se faltasse, o argumento seria um argumento fingido, um paralogismo. Mas nem Aristóteles nem Cícero querem fornecer uma teoria dos argumentos fingidos. Eles pretendem, pelo contrário, fornecer uma contribuição ao método filosófico. Por isso o núcleo lógico tem importância considerável.

Consideremos o terceiro ponto que marca a estrutura dum *topos*, isto é, que um argumento tópico na regra não opera com as frases absolutamente certas. Ela opera com as frases verossímeis. O *terminus technicus* de Aristóteles é *δοξα*.

Uma frase provável, no sentido de Aristóteles, é uma opinião comum. Mas não se trata de qualquer opinião casual, ingenuamente adotada. Aristóteles aponta:

> As proposições devem ser escolhidas ... assim: podem-se tomar primeiro as opiniões sustentadas pela totalidade dos homens, pela maioria deles, ou pelos

> filósofos, isto é, por todos, pela maioria ou pelos mais eminentes. (Aristóteles: *Tópicos*, livro 1, cap. 14)

Aqui há o ponto da distância máxima entre o método tópico e o ideal metodológico cartesiano. Como poderia, assim perguntaria um cartesiano, o filósofo principiar com frases que fossem apenas prováveis?

Parece evidente que o filósofo só teria direito de empregar as afirmações certas, ou também aquelas que são fornecidas para as ciências exatas, a física ou a química. E onde as ciências exatas se calam, o que é o caso da ética ou da filósofia prática, é sempre possível se retirar para a análise da linguagem, ou também fazer uma lógica da ética, com um formalismo especial. Nossa situação metodológica não é muito diferente daquela do tempo de Vico. Temos de admirar a sua clarividência. Ele previu as conseqüências históricas do método cartesiano ainda no seu primeiro estágio de propagação. E nós temos que concordar com ele em todos os pontos, quando repreende o cartesianismo por promover uma diminuição da capacidade de pensar. Nós podemos acrescentar que com a especialização da rede filosófica dos assuntos absolutamente certos, muitos temas ficavam ao abandono, escapando do cultivo da filosofia.

Isso toca especialmente os assuntos que têm importância para nós, a saber, os assuntos práticos e políticos.

Nós sabemos que Descartes foi obrigado a introduzir uma moral provisória. E essa moral opera com o provável porque as questões éticas, evidentemente, não podem ser resolvidas *more geometrico*. Podemos ter certeza que essas questões nunca serão resolvidas *more geometrico*. Cada discurso político, cada discurso prático tem que recorrer às opiniões.

Em resumo (Beriger, 1989, cap. 3.4.1): Um *topos* é um esquema de argumentação que tem as seguintes propriedades: 1) ele tem um

núcleo lógico; 2) ele usa um momento estratégico; 3) ele faz uso das frases prováveis.

Em termos brasileiros, poderiamos talvez dizer: um *topos* é um jeito de argumentação, e a tópica é a teoria desse jeito.

Exemplo: a inversão

Vejamos um exemplo. No livro oito dos Tópicos, Aristóteles fala sobre um jeito para ganhar competência na argumentação. Devia-se, ele escreve, acostumar-se a inverter as conclusões. Alguns autores posteriores qualificavam esse *topos* mais especifico de *retorsio argumenti*, da inversão. Na teoria do direito, também fala-se do argumento *tu-quoque* ("tu mesmo").

Trata-se simplesmente de aplicar contra si mesmo uma afirmação que qualquer um coloca. Isto pareceria simples. Mas o *topos* é empregado também pelos autores muito sutis, que ninguém censuraria por serem banais ou simples.

Em primeiro lugar, podemos citar o argumento famoso e muito freqüentemente repetido de Jacobi contra Kant. Como é público, Kant ensina que a coisa em si é a causa dos fenômenos. Eis um conceito muito importante da filosofia kantiana, porque só dessa maneira Kant pode distinguir entre uma experiência (no sentido dele) e uma fantasia. Jacobi, um contemporâneo de Kant, apontou que esse conceito de uma coisa em si que causa os fenômenos representa um uso transcendental de uma noção de entendimento que o próprio Kant, na sua crítica da razão pura, proibia. Jacobi conclui: "Sem a noção da coisa em si eu não posso entrar no sistema de Kant. Com essa noção, eu não posso ficar dentro dele." (Jacobi 1815, t. II: 301)

Jacobi pegou uma proíbição central de Kant e mostrou que o próprio Kant violou (necessariamente) essa proibição.

Esse argumento é tão pertinente que é transmitido até hoje, não só na filosofia continental, mas também na filosofia analítica.

Para que não passe pela cabeça de ninguém que eu estou me referindo apenas aos técnicos que tiveram algum significado no passado, mas que hoje estariam ultrapassados de longe pela análise da línguagem, eu cito como segundo exemplo um autor moderno, o sociólogo Niklas Luhmann. Como esse sociólogo argumenta para exprimir as suas duvidas sobre a psicanálise freudiana? Ele tira uma lição apropriada, a teoria da sublimação, e diz que essa teoria representava uma autosublimação do próprio Freud. E como poderia ser pertinente uma mera autosublimação? Como uma autosublimação poderia colocar uma pretensão de validade? É claro que Luhmann não foi o primeiro a fazer essa objeção. Não viso analisar o argumento no fundo, se ele é eficaz ou não só se trata de um exemplo. Mas acrescento que Luhmann pelo menos cuidou de arranjar a sua própria teoria num tal "desenho" que é impossível fazer uma objeção análoga contra ele mesmo. Na sua teoria de sistemas, Luhman instalava um lugar especial para o conhecimento sociológico. Essa instalação chama se *re-entry* no *jargon* sociológico.

Vejamos um outro exemplo que também surge de uma discussão relativamente atual. Todos conhecem a crítica da ideologia da Escola de Frankfurt. A teoria básica forneceu a sociologia das saberes de Karl Mannheim. Ele ensinou a ver certas propostas teóricas como meras ideologias de um *milieu* social. Argumentos análogos foram empregados pelos leitores de Mannheim, os filósofos Horkheimer e Adorno, contra vários adversários da escola contra Husserl, contra Heidegger, mas também contra Simmel ou contra os neokantianos.

Vejamos como esse procedimento foi criticado pelo filosófo transcendental Hans Wagner. Usando o *topos* da inversão, ele escreve: "Se for verdadeiro que todo conhecimento está envolvido na realidade social, ficaria dificil de entender como uma teoria crítica social pudesse ter suas medidas fixas e absolutas." (Wagner 1980, p. 469)

Evidentemente, o próprio teórico crítico faz parte da rede social e é objeto do teorema da sociologia do conhecimento.

Em quarto lugar, coloco um exemplo da filosofia analítica. Uma das coisas sagradas dessa filosofia era o critério empirístico de sentido de Carnap. Com esse critério, Carnap e seus alunos tentavam limpar a filosofia das palavras metafísicas. Um esforco frustrado, enquanto eu sei.

Para além, os metafísicos enxergaram que o próprio critério é metafísico, porque não pode ser justificado da maneira empirica. Ou seja: Eles descobriram que o critério de Carnap não sobrevivia à aplicação do *topos* da inversão. (Stegmüller, 1975, p. 426)

Podemos aprender desses exemplos que sempre, quando enxergarmos que um filósofo coloca um critério, uma tese, uma proibição forte, vale a pena experimentar o *topos* da inversão.

Não é casual que Karl-Otto Apel, celebredo teórico da ética, colocou uma variante desse *topos*, o chamado argumento de autocontradição performativa, no centro de seu método transcendental. (Veja também Aristóteles, *Metaphysica*, livro IV, 3)

Análise da inversão

Talvez esses exemplos tornem mais claro a maneira pela qual o processo da inversão pode ajudar a construir argumentos contra uma dada tese. Ele também pode ser empregado para apoiar uma tese, como faz, por exemplo, Luhmann, ao demonstrar a universalidade da sua teoria dos sistemas.

Os *topoi* trabalham com as opiniões, isto é certo. Não são as verdades apodíticas, mas sim as frases verossímeis.

Em segundo lugar, nós temos um núcleo lógico. No nosso caso, ele é um pouco simples, sendo constituído somente de um *modus ponens*. A frase tomada por base é a seguinte: $P \rightarrow Q$. Isto é o núcleo lógico.

A mesma importância tem o aspecto estratégico. O *topos* aconselha escolher os meios usados pelo outro na sua própria argumentação e virá-los contra ele mesmo. Em nossos exemplos, nós

vemos teóricos julgando de uma maneira pessimista os produtos culturais em geral. Pelo aspecto psicanalítico, eles são meras sublimações pelo teórico crítico, são ideologias.

E de repente essa estratégia se volta contra esses próprios teóricos. É evidente que o efeito dessa operação será tanto mais estupendo quanto mais emfática a entrada em cena. O princípio é o mesmo que o do judô: use as forças do adversário! (Perelmann/Olbrechts-Tyteca 1999, §28.) Não se oponha à força dele, mas sim se preocupe em que essa força se autodestrua a si mesma. Como no judô ou na capoeira, a inversão parece tanto mais impressionante quanto mais brio o outro coloca nas suas ações.

Esse efeito se baseia num momento de surpresa. E surpreender tem, em cada argumentação e em cada processo de convicção, um papel especial. Uma boa argumentação não é somente correta. Isto é evidente. Ela também tem um momento de surpresa. Algo não previsto.

Citemos aqui o general alemão Carl von Clausewitz, autor do livro famoso *Da guerra*. Ele descreve o efeito da surpresa: "A surpresa está na base de quase todas as operações, pois só ela torna possivel ser superior no ponto decisivo. Segredo e rapidez são os fatores desse produto. Quando isso é atingido, no seu mais alto grau, provoca no adversário perturbação e desencorajamento. Como esses efeitos aumentam o sucesso, temos bastante exemplos. Os efeitos espirituais da surpresa não deixam o outro chegar a uma decisão regular." (Clausewitz, parte I, livro 3, cap.)

A inversão realiza, de uma maneira especialmente elegante, um conselho geral de Aristóteles, a saber, deduzir, a partir de uma tese, a mais improvável conclusão.O que poderia ser mais inverossimil do que uma tese pessimista aplicável ao seu próprio autor? Mas friso mais uma vez que um mero momento estratégico não basta para fazer um *topos*. Precisamos sempre da dubla estrutura do núcleo lógico e do rearmamento estratégico. Por isso, os *topoi* se parecem com os ferramentas técnicas. Eles também dependem, na sua construção, das

leis gerais mas não são meras derivações dessas leis. Um utensílio como, por exemplo, a alavanca não é somente um exemplo da física aplicada, ainda que esteja de acordo com as leis da física. Mas, além disso, ele tem um fim prático. Da mesma forma, um *topos* não somente é uma lei lógica especial, mas sim uma lei lógica que faz parte de uma estratégia.

Isso é suficiente sobre a estrutura dos *topoi*. Os outros *topoi* que são oferecidos pela tradição podem ser analisados da mesma maneira. Existem os *topoi* mais apropriados para atacar uma tese, outros mais apropriados para defender. Sempre se precisa de um juízo pessoal para conhecer qual *topos* é conveniente num dado caso. Não há um método que organize a aplicação dos *topoi*. Ou seja: os *topoi* não são um substitutivo ao ato de pensar.

Aqui, a analogia com as ferramentas afirma-se mais uma vez. Ao engenheiro também se deixa escolher com quais instrumentos prefere trabalhar. Se fosse preciso, ele teria de construir novos instrumentos. A caixa das ferramentas pode ser aumentada sem limites.

A tópica a rede

Os *topoi* são os procedimentos para produzir argumentos, não somente os argumentos para uma tese que já foi estabelecida. Essa aplicação também é possível, mas ela é, pelo menos na perspetiva de Aristóteles, um caso limite.

Nas primeiras frases dos Tópicos, ele escreve para quantos e quais fins era util seu tratado: "Esses fins são três: o adestramento do intelecto, as disputas casuais e as ciências filosóficas." (Aristóteles, *Tópicos*, livro 1, cap. 2)

E ele continua: "Para o estudo das ciências filosóficas é útil porque a capacidade de suscitar dificuldades significativas sobre ambas as faces de um assunto nós permitirá detectar mais facilmente a verdade e o erro nos diversos pontos e questões que surgirem. (...) pois esse é um processo de crítica onde se encontra o caminho que conduz aos princípios de todas as investigações."

Por isso, a tópica não é só uma arte para convencer as outras pessoas a respeito de uma posição já pronta. Os *topoi* podem também ajudar achar aquela posição.

A tópica se relaciona geralmente a um problema. O que é um problema? É uma questão que permite mais do que uma resposta. Nós todos conhecemos tais problemas. Eu menciono arbitrariamente a questão de Kant, se existe direito de mentir por causa da filantropia; ou, para mencionar uma idéia de Leibniz, se o mundo no qual vivemos é o melhor de todos os que são possíveis.

Os *topoi* querem ajudar a clarificar ou solucionar problemas. E eles prestam-se para examinar as repostas na rede. Em lugar de uma opinião ingênua coloca-se uma posição fundada. Em lugar de um mero reflexo coloca-se a reflexão.

O lugar da tópica é a rede científica. A significação da rede era muito elevada entre os gregos. O romano Cícero frisa no seu livro *De oratore* que os gregos eram acostumados a discutir sempre sobre assuntos sofísticos.

Na verdade, parece que nada era mais importante para os gregos do que discutir. Sócrates, por exemplo, disse que a natureza e as árvores não lhe interessavam, porque não podia conversar com elas.

Na luta das opiniões, no seu vai-e-vem, a verdade vêm à luz. Uma conversa boa tinha uma importância considerável entre os gregos. Tinha um significado histórico. Em resumo: o lugar da argumentacão entre os gregos não era principalmente a palestra de um orador frente a um público, mas a rede na qual todas as pessoas tinham os mesmos direitos. A rede tinha a ver com os problemas. Para resolver esses problemas, os *topoi* eram aplicados.

Além disso, Aristóteles declara que os *topoi* eram úteis não somente pelo diálogo com os outros mas também pelo diálogo do pensador comsigo mesmo. Aí também eles servem para analisar um assunto profundamente e ganhar uma opinião fundada sobre ele.

A tópica não é somente uma técnica para a argumentação, mas também uma técnica para pensar, para solucionar problemas.

Na tradição retórica, como já frisei, a tópica estava relacionada ao estado da *inventio*, ao descobrimento dos argumentos. Era considerada como técnica produtiva. Mas, além disso, nós podemos também considerá-la como meio da hermenêutica. Porque é evidente que todas as redes filosóficas, na medida em que são resolvidas pelos argumentos, empregam os *topoi*. Contudo, elas podem também ser reconstruídas por meio dos *topoi*. Especialmente os *topoi* da família das inversões têm um papel importante na história da filosofia. Por exemplo, no desenvolvimento da teoria kantiana do conhecimento, ou na transição de Hegel a Marx, ou também na filosofia analítica, na transição do empirismo lógico de Carnap ao racionalismo crítico de Popper. Também nas ciências exatas ela se encontra, por exemplo na transição da teoria astronômica de Ptolomeu à teoria de Copérnico, ou, na química, na transição da teoria do "Phlogiston" de Stahl à teoria de oxidação de Lavoisier. Contudo, eles são indispensáveis também por aqueles filósofos que estão mais interessados na história que na pesquisa sistemática. Para completar nossa imagem da tópica, precisamos distinguir a tópica das outras técnicas retóricas e cognitivas.

Tópica e Sofística

Aristóteles procura no seu livro sempre diferenciar sua *techné* da arte duvidosa dos sofistas. Quem eram os sofistas? Nosso juízo sobre eles é quase involuntariamente marcado pelos diálogos de Platão. Os sofistas cultivam a mera aparência, eles relativizam todas as categorias, pregam o direito do mais robusto e atraem os alunos pela promessa orgulhosa de que suas aulas qualificam o homem, defendem seus assuntos da melhor maneira.

Com efeito, a arte sofística deverá habilitar a fazer triunfar a posição inferior, como diz o Sofista Protágoras de Abdera.

Há aqui uma retórica para vencer. O assunto, o problema mesmo, não tem um papel especial. Os *topoi* que se colocam nas *Refutações Sofísticas*, um anexo dos *Tópicos* de Aristóteles, partilham todos da falta do núcleo lógico. Eles são meros estratagemas.

O sofista só finge fazer o que o interlocutor sério faz de fato. Nas argumentações dos sofistas, a ambigüidade das palavras e o paralogismo têm importância.

O sofista opera com as ambigüidades das palavras e com os paralogismos, ou seja, com os argumentos incorretos. Mas também o interlocutor sério pode facilmente cometer um erro. Por isso, vale a pena estudar os paralogismos.

Os catálogos dos paralogismos eram transmitidos e sistematizados durante a Idade Média, cuidadosamente. Eles não se perderam mesmo na Idade Moderna. O próprio John Stuart Mill, na sua *Lógica*, tem um capítulo sobre os paralogismos. Mas quando procuramos num manual de lógica moderna, descobrimos que falta essa parte, embora ela tivesse um papel especial na argumentação prática.

O que é um paralogismo? Como podemos distingui-lo dos argumentos válidos?

Tomo como exemplo um paralogismo conhecido pelo nome do *non sequitur*. A forma mais freqüente desse paralogismo é a variante *post hoc, ergo propter hoc*. Escolhamos, para variar, um modelo das ciências naturais. Durante longo tempo se acreditou que a malária era causado pelos vapores dos brejos. A observação era a seguinte: cada um que ficava constipado pela malária, antes tinha sido exposto ao ar dos brejos. Hoje, nós sabemos que esse raciocínio é falso. A causa da malária não é o ar ruim, mas o mosquito voando através desse ar, trazendo em si o vírus.

O paralogismo chamado *post hoc* é muito freqüente, se encontra em todos os níveis do pensamento. Das superstições às teorias científicas. A mesma coisa também é valida para outros paralogismos. Quer dizer, vale a pena estudá-los. O erro é muito freqüente, ele segue

a verdade a cada passo, como uma sombra. Contudo, precisamos estudar não somente os métodos corretos do raciocínio. O erro também merece nossa atenção .

Tópica e o pensamento que se orienta por um sistema

O pensamento tópico é um método sem organização interna bem elaborada. Os *topoi* formam um conjunto aberto, cada um que se serve deles deve escolher o *topos* conveniente. O conjunto é aberto, quer dizer, ele sempre pode enriquecer-se com novos modelos.

Essa desordem, que parece remarcável por ser um método científico, garante ao mesmo tempo sua flexibilidade e sua aplicabilidade universal.

Vale a pena, para elaborar melhor o perfil da tópica, explicar como distingue-se a argumentação baseada nos *topoi* da argumentação baseada num sistema.

Quando um problema, seja de natureza filosófica, política ou jurídica, é solucionado pela tópica, se inicia um jogo das considerações que procura as razões pro e contra, chegando quase a uma análise espectral do problema. Ao fim das contas, coloca-se ou uma resolução ou uma aporia. Há muitos exemplos na filosofia de Aristóteles, que trabalha quase sempre com os *topoi*, seja na discussão dos problemas biológicos, seja na análise das questões mais abstratas da metafísica. (Beriger 1989)

Vejamos o que se passa com um dado problema ao ser tratado no contexto de um sistema teórico. Primeiro, o problema coloca-se para transformação lingüística num contexto dedutivo mais ou menós explícito. A resposta, se existisse, seria derivada desse contexto. Se for o caso de que o problema não seja solucionável nesse contexto, ocorre o seguinte: o problema em questão é designado como falso, como problema fictício.

Ou seja: a aplicação de um sistema sempre leva a uma escolha dos problemas. Daí a frase bastante conhecida: "o meio mais elegante para estupidificar uma teoria é pelo sistema." O filosófo Nicolai Hartmann escreveu sobre isto num ensaio:

> O pensamento sistemático sai do todo. A concepção é a coisa primeira e reinante. A posição não se procura, ela já está pronta. Daqui todos os problemas são selecionados. Os problemas que não se adaptam a essa posição, são recusados. Eles passam por perguntas mal colocadas." (Hartmann, 1924, p.163)

A fim de esclarecer os limites do pensamento em sistemas, pretendo brevemente apontar para um teorema que é válido para todos os sistemas formais, a saber, o teorema de Kurt Gödel sobre a incompletude desses sistemas. Esse matemático alemão conseguiu mostrar que dentro de um sistema teórico, por mais complexo que seja, é sempre impossível deduzir alguns teoremas especiais que, não obstante, fazem parte da área da definição desse sistema. Quer dizer, todos os sistemas são incompletos. Eles têm vácuos.

Essas considerações metodológicas não são somente questões esotéricos, têm também uma dimensão prática. Isso pretendo pelo menos insinuar com a apresentação de um problema jus filosófico, que é mais ou menos a variante prática da pergunta teórica, "se um sistema formal poderia ser completo." Eu recorro aqui aos raciocínios de Chaïm Perelman (Perelman, 1979, p.63-73).

Trata-se da pergunta: pode ser *justo* um sistema do direito axiomático no qual o juíz só tem uma função passiva.

Quando lembramos do símbolo bem conhecido da justiça, vemos uma mulher com os olhos vendados trazendo na mão esquerda uma balança, e na direita uma espada. A espada simboliza a execução da sentença, a venda simboliza que a justiça deveria ser imparcial.

A Revolução Francesa interpretava esse símbolo ao pé da letra. Queria-se que o papel do juíz fosse passivo, que ele se limitasse à

aplicação das leis. Ele deveria ser como um instrumento impessoal que executasse de maneira neutra e constante a vontade do legislador.

É claro que nessa interpretação do direito não há lugar nem para uma teoria da argumentação nem para os *topoi*. A jurisdição foi considerada como mera aplicação das leis de maneira dedutiva. Era constituída pela integração de um caso especial num sistema dedutivo.

Esse método garante que todos recebam a mesma sentença no mesmo caso. Contudo, é duvidoso se esse procedimento é justo. Evidentemente deveria-se primeiro garantir que as teses principais fossem totalmente justas (problema da *Letztbegründung*), e depois que o sistema fosse completo. Ninguém pode afirmar, nem que qualquer desses critérios sejam satisfeitos por algum sistema legal existente, nem por qualquer outro imaginável.

Apesar disso, cada caso é um caso por si que exige uma apreciação de todas as suas particularidades, o que necessita do juizo pessoal de um juíz. Em suma: o direito deverá recorrer sempre às argumentações. Um procedimento jurídico que se interpretasse como dedução não seria justo.

Conclusão

Quem fala usa palavras, frases e conclusões. Quem quer falar bem e de forma pertinente, ampliará correspondentamente seu vocabulário. E ele vai aprender a variar a estrutura gramatical das suas frases, a fim de organizar os verbos de uma maneira apropriada. Quem se recusaria a isso?

Quem quer se exprimir bem, deveria dispor de uma quantidade suficiente de palavras e também das muitas formas gramaticais para relacioná-las. Cada aula de gramática, cada aula de letras tem por objetivo ampliar o vocabulário e enriquecer o conhecimento das formas gramaticais.

Mas para chegarmos ao próximo passo, aos argumentos, às conclusões, enxergamos que também os eloqüentes se satisfazem com um conhecimento mínimo.

Todavia é bem claro que a incapacidade de argumentar representa um *handicap* sério. Quem não sabe argumentar está condenado a crer no que os outros dizem, ou então escolher qualquer posição arbitrária. Em todo o caso, ele nunca vai chegar a uma própria posição bem fundada porque esta exige uma avaliação crítica, ou seja, o trabalho da argumentação.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. *Tópicos*. Porto Alegre : Victor Civita, 1973. (Col. Os Pensadores IV).

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean, BREMOND, Claude, Grupo μ , KUENTZ, Pierre, GENETTE, Gérard. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis : Editora Vozes 1975.

BERIGER, Andreas. *Die aristotelische Dialektik*. Heidelberg : Claus Winter, 1989.

CLAUSEWITZ, Carl v. *Vom Kriege*. Augsburg : Weltbild, 1989.

HARTMANN, Nicolai. Diesseits von Idealismus und Realismus. *Kant-Studien*, Bd. XXIX, 1924.

JACOBI, F.H. *Werke*. ROTH, F. Roth E KÖPPEN, F. (Eds.). Leipzig : 1815, (Darmstadt 1968) t. II.

PERELMAN, Chaim e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação*. A Nova Retórica. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

PERELMANN, Chaim. *Logik und Argumentation*. Königstein/Ts : Atheneum, 1979.

STEGMÜLLER, Wolfgang. *Hauptströmungen der Gegenwartsphilosophie*. Stuttgart : 1975

_____. *Corrientes fundamentales de la filosofia actual*. Buenos Aires : s.n., s.d.

VICO, Gian Battista. *De Nostri Temporis Studiorum Ratione*. Com Traducao alemã. Bad Godesberg : s.n., 1947.

VIEHWEG, Theodor. *Topik und Jurisprudenz. Ein Beitrag zur Rechtswissenschaftlichen Grundlagenforschung*. 3. Aufl. München : C.H. Beck, 1965.

WAGNER, Hans. *Einiges über die kritische Theorie der Frankfurter Schule*. In: WAGNER, Hans. *Kritische Philosophie: systematische und historische Abhandlungen*. BARTHLEN, Karl e FLACH, Werner (Eds.). Würzburg : Koenigshausen und Neumann, 1980.